

Notícias do dia 12 de março



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Compra de vacinas pelo Estado é improvável, diz SES

Fabiana Pulcineli

Com a nova legislação sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), a única opção aos Estados para compra de vacina contra a Covid-19 é usar recursos próprios, iniciativa que parte dos governadores defende, mas que **Goiás** anunciou que não faria, conforme declarações do governador Ronaldo Caiado (DEM).

A Secretaria Estadual de Saúde (SES) informou ontem que as novas leis mudam pouco sobre as intenções do governo e que a compra pelos Estados é considerada improvável porque todos os laboratórios têm manifestado que seus estoques estão comprometidos com o Ministério da Saúde.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, na quarta-feira (10), Bolsonaro sancionou lei (14.125/2021) que autoriza Estados, municípios e o setor privado a comprarem vacinas com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. O presidente vetou o dispositivo que autorizava que entes federados adquirissem doses de vacinas em caráter suplementar, com recursos da União ou, excepcionalmente, com recursos próprios, no caso de descumprimento do Plano Nacional de Imunização (PNI) ou na hipótese de o governo federal não garantir "cobertura imunológica tempestiva e suficiente" contra a doença.

A Secretaria Geral da Presidência da República justificou o veto afirmando que o tema já havia sido tratado na outra lei sancionada também na quarta-feira (14.124/2021) e que o dispositivo criaria despesa adicional para a União sem estudos de impactos orçamentários e financeiros, o que contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A lei 14.124 estabelece que "Estados, municípios e o Distrito Federal ficam autorizados a adquirir, a distribuir e a aplicar as vacinas contra a Covid-19 registradas, autorizadas para uso emergencial ou autorizadas excepcionalmente para importação, caso a União não realize as aquisições e a distribuição tempestiva de doses suficientes para a vacinação dos grupos previstos no PNI".

De acordo com entidades que representam Estados e municípios, a legislação, assim, autoriza a compra com recursos próprios, e a aplicação em seu território.

Crédito

No dia 25 de fevereiro, a **Assembleia Legislativa de Goiás** aprovou abertura de crédito extraordinário de R\$ 60 milhões para previsão de compra de 1 milhão de doses. A aquisição com recursos próprios - com aplicação no Estado - era o plano inicial, segundo técnicos da saúde e da assessoria jurídica do Estado, e é o que consta na lei sancionada pelo governo.

No entanto, o governador Ronaldo Caiado vinha afirmando que as vacinas seriam destinadas ao governo federal para distribuição pelo Ministério da Saúde. Assim, o Estado compraria 1 milhão de doses e ficaria com apenas 33,3 mil, quantidade proporcional à população e utilizada no PNI.

Com a repercussão negativa, de críticas à falta de sentido de gastar dinheiro de **Goiás** para comprar vacina para o País, Caiado passou a dizer que os recursos não seriam estaduais, mas da União.

A lei aprovada pela Assembleia e sancionada pelo governador estabelece abertura de crédito extraordinário com "fonte 100", que representa o Tesouro Estadual. O caso gerou polêmica, com manifestação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, que informou que vai acompanhar o processo, apresentação de projetos de lei que obrigam a aplicação no Estado e representação no Ministério Público de **Goiás** com pedido de imunização local.

A reportagem não conseguiu uma resposta do governador Ronaldo Caiado sobre a opção de compra com recursos próprios. A assessoria do governador recomendou que fosse ouvida a SES. A pasta apenas reafirmou que vem buscando desde o mês passado a opção de compra em contatos com laboratórios e ainda não obteve resposta positiva de fabricantes.

Na ocasião da aprovação da lei na **Alego**, a SES informou que atuaria para comprar as vacinas com recursos próprios.

A secretaria já teve contatos com Pfizer, Janssen, Sputnik, Fiocruz e Butantan, além de representantes de outros laboratórios. A ideia de criação de um consórcio para adquirir as vacinas em conjunto entre Estados não teve avanços também, daí a busca por conversas isoladamente.

Prefeitos e governadores têm dito que, mesmo diante da improvável aquisição direta pelos entes, a mobilização serviu como pressão ao governo federal, que tem dado mais sinais de iniciativa para comprar as vacinas, a exemplo do evento feito por Bolsonaro na quarta (10).

Caiado deve fazer pronunciamento sobre pandemia

O governador Ronaldo Caiado (DEM) deve fazer um pronunciamento nos próximos dias para tratar da gravidade do momento vivido em **Goiás** diante do avanço da Covid-19. O assunto foi discutido no final da tarde desta quinta-feira (11) em videoconferência do democrata com presidentes dos poderes e órgãos autônomos, que apoiaram a iniciativa.

Conforme o apurado com participantes da reunião, o governador explicou que a situação chegou "no limite" e "acabou a capacidade de atendimento" no Estado, assim como praticamente não há mais possibilidade de abertura de novos leitos. Apesar do acerto na reunião, detalhes do pronunciamento e da transmissão nos meios de comunicação não estão definidos.

Ele também manifestou preocupação com a dificuldade de garantir o isolamento social com as medidas em vigor, especialmente na Região Metropolitana, e com organização de movimentos de desobediência aos decretos restritivos que estão em vigência.

A avaliação no encontro foi a de que, apesar da dificuldade de impor novas medidas via decreto estadual, por exemplo, os órgãos podem agir com mais unidade e rigidez diante de tentativas de burlar as restrições vindas de empresários ou de flexibilização por parte de gestores municipais.

Participaram do encontro os presidentes da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), do Tribunal de Justiça, Carlos Alberto França, além do procurador-geral de Justiça, Aylton Flávio Vechi, dos presidentes dos tribunais de contas do Estado, Edson Ferrari, e dos Municípios, Joaquim de Castro, e do defensor público-geral, Domilson Rabelo da Silva Júnior.

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/12-marco-2021/1o-caderno>

TCE detecta superfaturamento de 2019 em obra de Credeq e bloqueia pagamentos

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** bloqueou todos os pagamentos à empreiteira responsável pela obra do Centro de Referência e Excelência em Dependência Química (Credeq) de Caldas Novas. A decisão, segundo o órgão, se justifica pelo fato de que a **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) não teria corrigido um indício de superfaturamento detectado em 2019.

No ano em questão, após apuração de "danos causados ao Estado" na execução do contrato que a Goinfra assinou para as obras do Credeq de Caldas Novas, o Tribunal determinou ao presidente da pasta a dedução do valor do contrato a quantia de R\$ 163.434,73, "referentes a sobrepreços nos serviços de concreto usinado e forma de chapa compensada, conforme a própria agência havia admitido".

A obra do Credeq está paralisada desde 2018 e seu valor original é de quase R\$ 28,5 milhões medidos, segundo o **TCE**, sendo R\$ 14,3 milhões já executados e outros R\$ 14,18 milhões restando de saldo contratual. A Goinfra ganhou prazo de 30 dias para cumprir a determinação de deduzir o valor do contrato. De acordo com o **TCE**, o prazo foi prorrogado por mais 30 dias mas, mesmo assim, a pasta não acatou a decisão.

Diante da manutenção dos sobrepreços por parte da Goinfra, o **conselheiro** e relator **Saulo Mesquita** decidiu pelo bloqueio de pagamentos à empreiteira responsável pelas obras em Caldas Novas, decisão essa referendada em Plenário.

A reportagem do Mais **Goiás** entrou em contato com a Goinfra, que prometeu um posicionamento. O espaço permanece aberto.

Site: <https://www.emaisgoias.com.br/tce-detecta-superfaturamento-de-2019-em-obra-de-credeq-e-bloqueia-pagamentos/>

Goinfra anuncia recapeamento da GO-213, entre Caldas Novas e Morrinhos

Márcia Fabiana

As frentes de serviço executam a aplicação de uma nova capa asfáltica, em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), material com maior durabilidade e qualidade. Ainda é contemplado o trecho entre o entroncamento da GO-507 até o entroncamento com a GO-139

O presidente da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra), Pedro Sales, anunciou, nesta quarta-feira (03/03), a ampliação das intervenções promovidas pelo Governo de **Goiás**, por meio da agência, na GO-213, na região das águas quentes. "Estamos fazendo o recapeamento no trecho de oito quilômetros, de trevo a trevo, entre Rio Quente e Caldas Novas. Em seguida, faremos mais 10 quilômetros, sentido de Caldas Novas a Morrinhos, melhorando todos os pontos críticos dessa rodovia", explicou, durante vistoria aos serviços em realização no primeiro trecho.

As frentes de serviço executam na GO-213 a aplicação de uma nova capa asfáltica, em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), material com maior durabilidade e qualidade. A princípio está sendo contemplado o trecho entre o entroncamento da GO-507 até o entroncamento com a GO-139.

Como anunciado pelo presidente da Goinfra, a obra seguirá na rodovia GO-213, no sentido Morrinhos. Serão mais 10 quilômetros de recapeamento para promover a melhoria em todos os pontos críticos. Posteriormente, os trechos também vão receber nova pintura de sinalização vertical e horizontal completas.

Duplicação

Pedro Sales também anunciou novidades quanto à duplicação da GO-213, no trecho de Morrinhos a Caldas Novas, uma reivindicação antiga dos usuários da região, que há cerca de nove anos aguardam a conclusão da obra. Em parceria do Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária em **Goiás** (Fundeppec), a atual gestão da Goinfra está superando os entraves burocráticos para atender à demanda. O financiamento do projeto remanescente da conclusão da obra será doado pelo Fundeppec e, a partir daí, a Goinfra poderá dar início a uma nova licitação para promover a duplicação da rodovia. "É muito duro vencer esses entraves, muitos processos de obras, como este, estão condenados pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**. Estamos enfrentando os problemas e reiniciando as ações com o nosso padrão de fiscalização, laboratório de qualidade para entregar o que a população espera e merece", finalizou Pedro Sales.

Site: <https://agenciacoradenoticias.go.gov.br/1683-goinfra-anuncia-recapamento-da-go-213-entre-caldas-novas-e-morrinhos>

Compra de vacinas pelo Estado de Goiás é improvável, diz SES

Fabiana Pulcineli

Com a nova legislação sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), a única opção aos Estados para compra de vacina contra a Covid-19 é usar recursos próprios, iniciativa que parte dos governadores defende, mas que **Goiás** anunciou que não faria, conforme declarações do governador Ronaldo Caiado (DEM).

A Secretaria Estadual de Saúde (SES) informou ontem que as novas leis mudam pouco sobre as intenções do governo e que a compra pelos Estados é considerada improvável porque todos os laboratórios têm manifestado que seus estoques estão comprometidos com o Ministério da Saúde.

Em cerimônia no Palácio do Planalto, na quarta-feira (10), Bolsonaro sancionou lei (14.125/2021) que autoriza Estados, municípios e o setor privado a comprarem vacinas com registro ou autorização temporária de uso no Brasil. O presidente vetou o dispositivo que autorizava que entes federados adquirissem doses de vacinas em caráter suplementar, com recursos da União ou, excepcionalmente, com recursos próprios, no caso de descumprimento do Plano Nacional de Imunização (PNI) ou na hipótese de o governo federal não garantir "cobertura imunológica tempestiva e suficiente" contra a doença.

A Secretaria Geral da Presidência da República justificou o veto afirmando que o tema já havia sido tratado na outra lei sancionada também na quarta-feira (14.124/2021) e que o dispositivo criaria despesa adicional para a União sem estudos de impactos orçamentários e financeiros, o que contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A lei 14.124 estabelece que "Estados, municípios e o Distrito Federal ficam autorizados a adquirir, a distribuir e a aplicar as vacinas contra a Covid-19 registradas, autorizadas para uso emergencial ou autorizadas excepcionalmente para importação, caso a União não realize as aquisições e a distribuição tempestiva de doses suficientes para a vacinação dos grupos previstos no PNI".

De acordo com entidades que representam Estados e municípios, a legislação, assim, autoriza a compra com recursos próprios, e a aplicação em seu território.

Crédito

No dia 25 de fevereiro, a **Assembleia Legislativa de Goiás** aprovou abertura de crédito extraordinário de R\$ 60 milhões para previsão de compra de 1 milhão de doses. A aquisição com recursos próprios - com aplicação no Estado - era o plano inicial, segundo técnicos da saúde e da assessoria jurídica do Estado, e é o que consta na lei sancionada pelo governo.

No entanto, o governador Ronaldo Caiado vinha afirmando que as vacinas seriam destinadas ao governo federal para distribuição pelo Ministério da Saúde. Assim, o Estado compraria 1 milhão de doses e ficaria com apenas 33,3 mil, quantidade proporcional à população e utilizada no PNI.

Com a repercussão negativa, de críticas à falta de sentido de gastar dinheiro de **Goiás** para comprar vacina para o País, Caiado passou a dizer que os recursos não seriam estaduais, mas da União.

A lei aprovada pela Assembleia e sancionada pelo governador estabelece abertura de crédito extraordinário com "fonte 100", que representa o Tesouro Estadual. O caso gerou polêmica, com manifestação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, que informou que vai acompanhar o processo, apresentação de projetos de lei que obrigam a aplicação no Estado e representação no Ministério Público de **Goiás** com pedido de imunização local.

A reportagem não conseguiu uma resposta do governador Ronaldo Caiado sobre a opção de compra com recursos próprios. A assessoria do governador recomendou que fosse ouvida a SES. A pasta apenas reafirmou que vem buscando desde o mês passado a opção de compra em contatos com laboratórios e ainda não obteve resposta positiva de fabricantes.

Na ocasião da aprovação da lei na **Alego**, a SES informou que atuaria para comprar as vacinas com recursos próprios.

A secretaria já teve contatos com Pfizer, Janssen, Sputnik, Fiocruz e Butantan, além de representantes de outros laboratórios. A ideia de criação de um consórcio para adquirir as vacinas em conjunto entre Estados não teve avanços também, daí a busca por conversas isoladamente.

Prefeitos e governadores têm dito que, mesmo diante da improvável aquisição direta pelos entes, a mobilização serviu como pressão ao governo federal, que tem dado mais sinais de iniciativa para comprar as vacinas, a exemplo do evento feito por Bolsonaro na quarta (10).

Site: <https://www.opopular.com.br/noticias/politica/compra-de-vacinas-pelo-estado-de-goi%3%A1s-%3%A9-improv%3%A1vel-diz-ses-1.2211441>
